

RESENHA

**GIARDINI, GIAN LUCA; LAMBERT, PETER
(ed.) (2011) Latin American Foreign Policies:
Between Ideology and Pragmatism.
NY: Palgrave Macmillan, 272 p.**

Guilherme Sorgine¹

O livro resenhado dedica-se a delinear um quadro analítico sobre a política externa dos países da América Latina à luz da tensão existente entre ideologia (valores e imperativos morais, os quais se sobrepõem a avaliações de viabilidade e consequências práticas) e pragmatismo (prioridade da aplicabilidade e usabilidade sobre considerações ideacionais). O livro é composto por treze capítulos, escritos por autores de diferentes nacionalidades, e privilegia um recorte temporal recente, de modo a jogar luz sobre os eventos contemporâneos da diplomacia regional.

O fato de ser baseada em crenças e valores de longa data não oblitera, segundo Miriam Saraiva, o caráter pragmático da política externa brasileira (PEB). Privilegiada por uma burocracia sólida e insulada das pressões políticas domésticas, a diplomacia brasileira baseia-se em um conjunto de crenças históricas (universalismo, autonomia e destino de potência), as quais são instrumentalizadas e adaptadas ao longo do tempo para a busca do interesse nacional. Não obstante a emergência de correntes de pensamento diversas dentro do Itamaraty ao longo dos anos 1990, a existência de uma base de pensamento comum garante elevado grau de continuidade à PEB até os dias atuais.

Por outro lado, a política externa argentina é descrita por Andrés Malamud em termos quase opostos. A falta de uma burocracia especializada resultaria em uma ação externa errática, variando conforme as necessidades políticas do governo no poder. Em termos práticos, isso resulta em grande variedade de alinhamentos e descontinuidade nas relações com países vizinhos, especialmente com o Brasil, ao mesmo tempo principal parceiro comercial e tradicional rival político.

A política externa chilena pós-Pinochet é retratada por Joaquín Fernandois em grande medida como uma solução de compromisso entre a esquerda e a direita, baseada nos pilares da democracia e do respeito aos direitos humanos, mantendo-se um balanço entre a adesão ideológica aos princípios do livre mercado e o pragmatismo político no trato com os vizinhos. Exercida por uma classe política experiente, a diplomacia chilena conseguiu evitar o isolamento do país em um continente no qual é acossado por disputas territoriais e pela adoção de uma via própria diferente do regionalismo brasileiro-argentino (sendo exemplo marcante a não adesão plena ao Mercosul).

A política externa paraguaia é marcada, segundo Peter Lambert, pelo excesso de influência do Executivo, ficando refém de objetivos de curto prazo e de manipulações eleitorais. A instrumentalização

1. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

da política externa é apresentada como continuidade do governo ditatorial de Alfredo Stroessner. Com a democratização, a diplomacia passa a ser um canal de legitimação do regime, contrabalanceando as fraturas internas que afetavam a sociedade paraguaia. Esse é um padrão que somente começa a ser mudado recentemente, sobretudo por Fernando Lugo, que operou uma guinada baseada defesa da soberania nacional e no controle dos recursos naturais do país.

Não obstante sua proximidade retórica com o bolivarianismo em voga na região, a política externa boliviana é conduzida pragmaticamente por Evo Morales, segundo Larry Birns e Alex Sanchez. Arroubos discursivos são instrumentalizados em função do interesse nacional do país, tal como no caso da aproximação com a Venezuela, importante no financiamento de iniciativas desenvolvimentistas e na redução da dependência dos EUA; e da renegociação dos hidrocarbonetos do Brasil, conduzida de modo a evitar rupturas com o vizinho rico.

A Política externa peruana é caracterizada por Ronald Bruce St. John como sendo essencialmente pragmática, intercalada por breves períodos ideológicos. Diferentemente de seus vizinhos, o país possui uma diplomacia institucionalizada, cuja experiência foi forjada nas disputas territoriais enfrentadas desde a independência do país, no século XIX. A sucessão de problemas recentes, tanto no plano interno (combate

ao Sendero Luminoso) quanto no externo (guerra com o Equador em 1995), fez com que o país tivesse que conservar o pragmatismo tanto em suas relações com os EUA quanto com os vizinhos regionais. Derivam daí sucessos como a resolução das disputas fronteiriças com Chile e Equador e a renegociação em termos amplamente favoráveis da dívida externa peruana.

A política externa colombiana é retratada por Stephen Randall como pragmatismo na ideologia. Apesar de majoritariamente alinhada aos EUA durante o século XX, a Colômbia o fez por acreditar que esta seria a melhor forma de se atingir o interesse nacional. A aliança com os EUA, mais peregrina do que a de qualquer outro país latino, relaciona-se inelutavelmente com as questões de segurança com as quais o país vem tendo que lidar (narcotráfico e guerrilha interna). Após um período conturbado, durante a presidência de Ernesto Samper, a relação com os EUA voltou a consolidar-se nas gestões de Andrés Pastrana e Álvaro Uribe, colaboração essa que ganha peso com a ascensão da nova esquerda latina, liderada por Hugo Chávez.

A política externa venezuelana é, segundo Diana Raby, essencialmente ideológica, mas necessita de grandes doses de pragmatismo para colocar essa ideologia em prática. Concentrada na figura de Hugo Chávez e impulsionada por vultosas receitas petrolíferas, tem objetivos de longo prazo condizentes com os ideais da chamada

“Revolução Bolivariana”, baseados no desenvolvimentismo, na solidariedade continental, no controle dos recursos naturais e no reforço da soberania nacional. Com uma agenda hiperativa e ambiciosa, a ação externa chavista acumula conflitos (Colômbia, EUA) e sucessos, tendo marcante protagonismo no espectro regional.

A política externa cubana não foge, segundo Antoni Kapcia, do idealismo inerente aos governos revolucionários, sendo marcante a adesão a princípios como soberania e solidariedade periférica. Houve, contudo, pragmatismo na adesão do país ao sistema de poder soviético, assim como na relativa abertura econômica dos anos 1990, em reação ao aperto do embargo americano. Com o fim da Guerra Fria, abriu-se lugar para um maior pragmatismo na ação externa cubana, ainda que sempre constrangido pelos limites ideológicos do regime.

O debate entre pragmatismo e ideologia é recorrente na diplomacia mexicana, segundo Ana Covarrubias. Ao longo do século XX, o país guiou-se por uma visão normativa das relações internacionais, pregando o mundo como deveria ser. O pragmatismo só veio a predominar a partir do governo Miguel de la Madrid (1982-88). A partir dos anos 90, alternaram-se ambos os extremos, principalmente a partir da chegada do Partido da Ação Nacional (PAN) ao poder, com Vicente Fox, e a opção por relações mais estreitas com os EUA, apesar de divergências em temas pontuais.

Mais do que simples peça descritiva, a obra constitui interessante ferramenta para a análise comparativa das políticas externas latino-americanas, as quais, apesar de enfrentarem desafios semelhantes, mostram-se singulares em suas peculiaridades. Sem

recorrer a academicismo excessivo ou a simplificações homogeneizantes, o livro é uma interessante porta de entrada para os estudos da política regional, sendo, por isso, recomendado tanto a alunos quanto a pesquisadores da área.

